



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE E AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: POLÍTICAS E PERSPECTIVAS

Autora: Lívia Maria Serafim Duarte Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba
serafim_livia@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Universidade Estadual da Paraíba
cristina-aragao21@hotmail.com

Resumo: As transformações políticas relativas à formação inicial de docentes para educação básica, vem de certa forma, resistindo a conservação de uma estrutura curricular e institucional que há tempos está à margem dos movimentos socioculturais e históricos da atualidade, que evidenciam profundas transformações sociais, motivando governos e instituições formadoras a evidenciarem o papel do professor diante da realidade contemporânea. Nesta perspectiva, temos como objetivos refletir sobre as políticas de formação inicial de professores, voltados para ações afirmativas que envolvem a questão étnico-racial, como também, discutir as perspectivas e impasses que envolvem a formação inicial diante desta conjuntura social contemporânea que exigem profissionais capacitados para lidar com a diversidade que permeia o ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos e/ou digitais, e documentos legais que regem as políticas públicas de formação de professores e questões étnico-raciais. Portanto, desejamos ampliar as discussões em relação a formação inicial de professores voltado para as questões étnico-raciais, entorno de uma linguagem política, cultural e afirmativa.

Palavras-chave: Formação inicial docente, Questões étnico-raciais, Políticas afirmativas.

Introdução

A formação de professores para o ensino básico no Brasil há tempos vem sendo palco para debates e a cada época, questões, indicadores, análises e temáticas são inseridos nas discussões. Atualmente, diversos estudos estão mostrando a complexidade do tema, pois como apontam Mindal e Guérios (2013, p. 22), “discute-se muito, mas na prática parece pouco o reflexo no avanço qualitativo da formação”. Elas ainda colocam, que a análise dos currículos dos cursos de formação de professores eram alvos de crítica e imprecisões e que o perfil docente merece análise e discussão

Mindal e Guérios (2013) colocam, que dez anos após a década de 90, a formação de professores da educação básica enfrenta situações similares e recorrentes, apontadas na



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

década passada Pereira apud Mindal e Guérios, (2013) que atribui muitas das dificuldades para implementação de mudanças nos cursos de formação docente superior, promovido pelo descaso do tratamento das universidades em função das relações de poder.

Azevedo (2012) menciona que não podemos concentrar no docente a responsabilidade dos problemas enfrentados no processo de ensino e aprendizagem, pois segundo Gatti apud Azevedo (2012) diz que outros fatores contribuíram para precarização do ensino e aprendizagem na educação básica, “desde as políticas educacionais, o financiamento da educação básica, os aspectos culturais, seja nacional, regional ou local, as formas de estrutura e gestão das escolas, bem como a formação dos gestores, entre outros” (AZEVEDO, et al., 2012, p. 1001).

Nesta perspectiva, tomamos como ponto de referência as políticas de formação inicial de professores, o papel da escola na sociedade contemporânea e o papel dos professores neste contexto. Comungamos com Gatti et al. (2011) quando assumem que o papel da escola e dos professores é o de ensinar, formar e propiciar o desenvolvimento de jovens e crianças, “uma vez que postulamos que, sem conhecimentos básicos para interpretação do mundo, não há verdadeira condição de valores e exercício de cidadania, com autonomia e responsabilidade social”. (GATTI, et al., 2011, p. 89)

Assim, a formação inicial torna-se essencial, pois cria bases profissional para exercer a atividade educativa na escola, bases de sua profissionalidade e da construção de sua profissionalização. Permitindo então, a formação em serviço e continuada, não se transformar em suprimento precário, que representa custos pessoal ou financeiro aos professores, aos governos e às escolas. (GATTI, et al., 2011)

As mudanças políticas relativas à formação inicial de docentes para educação básica, vem de certa forma, resistindo a conservação de uma estrutura curricular e institucional que há tempos está à margem dos movimentos socioculturais e históricos da atualidade, que evidenciam profundas mudanças sociais, forçando governos e instituições formadoras a evidenciarem o papel do professor diante da realidade contemporânea. Demandando maior integração em sua formação, do ponto de vista dos conhecimentos e valores e integração com os conhecimentos relativos ao trabalho docente em todos os níveis de aprendizagem e estruturas institucionais específicas. (GATTI, 2013)



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Por conseguinte, levantamos o seguinte questionamento, como as políticas e ações afirmativas referentes as questões étnico-raciais na perspectiva de negros e negras, propiciam um debate, a partir do contexto da formação docente? A partir desta indagação, temos como objetivos refletir sobre as políticas de formação inicial de professores, voltados para ações afirmativas que envolvem a questão étnico-racial, como também discutir as perspectivas e impasses que envolve a formação inicial diante desta conjuntura social contemporânea que exigem profissionais capacitados para lidar com a diversidade que permeia o ambiente escolar.

Dessa forma, compreendemos que a formação docente é um processo contínuo e permanente do desenvolvimento profissional docente. Segundo Tardif apud Iza et al. (2014, p. 278) a docência ao ser pensada, destacando a epistemologia da prática profissional, é significativa se pensada a partir do cotidiano, dos saberes da experiência. Complementando com o que defende Nóvoa, “uma formação de professores construída dentro da profissão, isto é, baseada numa combinação complexa de contributos científicos, pedagógicos e técnicos, mas que tem como âncora os próprios professores, sobretudo os professores mais experientes e reconhecidos”. (NÓVOA, 2009, p. 44 – 45)

Metodologia

Esta pesquisa¹ se ancora na abordagem qualitativa em interface com a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Neves (1996, p. 1) a pesquisa qualitativa é um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Com o objetivo de traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social, trata-se de reduzir a distância entre o indicador e o indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

Com referência à natureza das fontes utilizadas a pesquisa terá o caráter bibliográfico e documental que para Severino:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. O

¹ Este artigo é parte de um recorte do nosso texto de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores, da Universidade Estadual da Paraíba.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

pesquisador trabalha a partir das construções dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. [...]. (SEVERINO, 2007, p. 122)

Conforme aponta Leite (2008), a pesquisa bibliográfica, serve de base para fundamentos e alcance dos objetivos de vários tipos de pesquisa, inclusive a descritiva e experimental. Segundo o autor, no planejamento de uma pesquisa através do levantamento, seleção, da leitura e o fichamento, são indispensáveis para coleta de dados e informações que serão analisadas e interpretadas. “Análise e interpretação são fases de um projeto de qualquer pesquisa científica, e não técnicas específicas da pesquisa bibliográfica” (LEITE, 2008. p. 49).

Este estudo tem como base teórica: Botelho (2011), Candau e Sacavino (2015), Gatti, et al. (2011), Gatti (2013), Gentile (2013), Gomes (2003; 2005), Novoa (2009) e documentos oficiais tais como: o Estatuto da Igualdade Racial e as Leis (nº 10.639/03 e nº 11.645/08) que tratam das questões étnico-raciais e outros. Neste momento, acreditamos ser válido ressaltar que o método para o desenvolvimento de um trabalho científico consiste em buscarmos constantemente pelo conhecimento, tendo como meta o desenvolvimento da ciência.

Resultados e discussões

As desigualdades de raça presente no Brasil fazem partes estruturantes da desigualdade social que permeiam a população brasileira. Gentili (2013) aponta que “continuamos sendo o segundo país com maior desigualdade dentre os membros do G20, estamos em melhor posição apenas em relação a África do Sul, cuja realidade ainda é fortemente marcada pela herança do apartheid”. (GENTILI, 2013, p. 79) A Organização das Nações Unidas – ONU em seu relatório de 2014, apontou que o Brasil vive uma “falsa democracia racial” e nega a existência de um racismo “estrutural e institucionalizado” (KISH, 2015). Com uma economia pujante, hoje a sexta maior do mundo, o Brasil ainda não conseguiu reverter a desigualdade social, que segundo Gentili (2013) está associada a dois fatores:

[...]. De um lado, à ausência de mecanismos institucionais de cunho distributivo, notadamente políticas de renda (via aumento real dos salários de base), programas sociais de combate à pobreza extrema entre outros. Do



outro lado, associou-se também à existência de mecanismo sociais de reprodução das hierarquias e da desigualdade social, dentre as quais se destaca o **racismo**. [...]. (GENTILI, 2013, p. 79 – 80,) grifo nosso

Compreendemos o racismo como “um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros” (SANTOS, 1984, p. 11). Nesta perspectiva, concordamos com Gentili (2013), quando diz que o racismo é a reprodução de mecanismos de exclusão que se configura como um entrave na possibilidade de ascensão social da população negra, pois o racismo opera como “importante fator de inércia social, naturalizando a existência de desigualdade em qualquer de suas dimensões, reforçando a reprodução da pobreza e da miséria, mesmo em um ambiente de crescimento econômico” (GENTILI, 2013, p. 80).

Theodoro (2008), coloca que pretos e pardos apresentam menos que a metade da renda domiciliar per capita de brancos, segundo ele, “o desenvolvimento econômico produziu melhorias de bem-estar para a população negra, mas não contribuiu para a diminuição das distâncias entre negros e brancos” (THEODORO, 2008, p. 89). Na verdade, segundo ainda o mesmo autor e comungamos com suas colocações, faltam políticas efetivas de combate à desigualdade racial, baseadas em estatísticas e estudos sobre reprodução da desigualdade racial, dotadas de orçamentos adequados e com ampla cobertura. (THEODORO, 2008)

Para tanto, temos como avanços recentes em combate à desigualdade racial, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, no início do governo Lula, que representou um marco importante, pois trata-se do reconhecimento pelo Estado de que a questão racial deve ser um campo de políticas públicas. Inspirado nas bandeiras de luta do Movimento Negro brasileiro, o processo de consolidação do combate ao racismo avançou para a promoção da Igualdade social.

Consiste também, como avanço, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2003, que estabelece uma série de direitos, obrigações estatais, objetivos e metas que dizem respeito a todos os povos brasileiros, abarca um conjunto de garantias a partir do princípio jurídico como promoção de ações afirmativas para garantir a inclusão social, acesso à saúde, educação, cultura, lazer, liberdade de crença, acesso à terra, moradia, trabalho e meios de comunicação ao povo negro. Um marco jurídico cuja a efetivação necessita ser melhor abarcado por todas as esferas sociais para que possamos promover estruturas no nosso país mais democrático, justo e igualitário.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Contudo, observamos em muitos estudos realizados no Brasil, que apesar do reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro de práticas discriminatórias, existem entraves a serem resolvidos impostos pelo peculiar racismo existente no país como o fato de muitos negros relacionarem sua situação desprivilegiada na sociedade aos atos de discriminação.

No plano da educação pluriétnica ou a educação para a igualdade racial, segundo Silva Jr. (2002), já havia acontecido um merecido relevo na Constituição de 05 de outubro de 1988, a partir de reflexões advinda das reivindicações do Movimento Negro, o texto constitucional estabeleceu formalmente uma configuração a escola, conforme o autor, não somente “assegurar a igualdade de condições para o acesso e permanência dos vários grupos étnicos no espaço escolar, mas também em termos de redefinir o tratamento dispensado pelo sistema de ensino à pluralidade racial que caracteriza a sociedade brasileira” (SILVA JR. 2002, p. 59)

Verificamos, entretanto, que a questão étnico-racial na perspectiva de negros e negras na educação brasileira, ainda comprova a sua disparidade, em todos os níveis de ensino, em relação à população branca, que em todos os níveis, goza de uma posição privilegiada. Conforme os dados do Ipea, et al. (2011), observa-se a manutenção das desigualdades que têm, historicamente, limitado o acesso, a progressão e as oportunidades, principalmente, da população negra, nordestina e da população rural na educação. Ainda, segundo os indicadores do Censo da Educação básica - EducaCenso (2015) em relação ao item cor/raça:

[...] demonstram que as taxas de analfabetismo no Brasil estão em queda (IBGE, 2014). No entanto, assim como para a população indígena, há disparidades nesta taxa para outros grupos étnico-raciais. Quando comparamos as taxas de analfabetismo da população branca com a população negra, por exemplo, torna-se evidente que a taxa de analfabetismo entre negros (11,5%) permanece maior que o dobro da taxa entre brancos (5,2%). Além disso, quando comparamos a média de anos de estudo de instrução formal entre os segmentos populacionais, a partir de dados desagregados por cor/raça, também é possível observar uma diferença significativa. Para a população que se declara branca, esta média é de 8,8 anos. No caso da população negra, é de 7,2 anos. (BRASIL, 2015, p. 2 – 3)

Observamos que são inúmeros os fatores que contribuem para manter a situação de desigualdade racial constatada no interior do sistema escolar, ainda é notório que a atuação



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

profissional docente na sua relação professor/aluno consisti em um fator decisivo na desconstrução do racismo. Logo as leis que tratam das questões étnico-raciais trazem para as instituições de ensino a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana no cotidiano pedagógico e educacional. É necessário que consideremos que a sociedade veicula valores e ideias da cultura hegemônica que perpassa os muros das escolas, se tornando verdade única promovendo a aculturação e apaga as histórias dos diferentes grupos pluriétnicos que construíram a cultura brasileira.

O cumprimento das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 em que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal, bem como, na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Assim sendo, o implemento destas leis, têm provocado mudanças nas práticas pedagógicas e promovem possibilidades para ampliar o ensino que consequentemente gera uma reeducação social que valoriza a diversidade étnico-racial.

A educação tem fundamental importância na promoção de mudanças estruturais e superação de mecanismos que não permitem a ruptura com um passado e um presente racista. Para a efetivação de uma educação para a diversidade étnico-racial, é preciso mais que reflexões sobre as diferenças, é necessário um aprofundamento sobre as pluralidades dos grupos étnico-raciais e implementar políticas públicas, alterar relações de poder e questionar a visão hegemônica. Botelho (2011), explica que a hegemonia teórica que privilegia apenas os conteúdos eurocêntricos, ainda muito presente no ambiente escolar, aleija negros e brancos de um conhecimento social, histórico e intercultural, dificultando uma consciência reflexiva e emancipatória da nossa população. “É preciso criar novos espaços e eleger outros atores sociais para um conhecimento educacional diferenciado” (BOTELHO, 2011, p. 4).

Gomes (2005) coloca que os educadores ao cumprirem o seu papel de educadores, a partir da construção de práticas e estratégias de promoção da igualdade racial no cotidiano da sala de aula, necessitam saber:

“[...] a história e a cultura africana e afro-brasileira, superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação



racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial” (GOMES, 2005, p. 60).

Diante do exposto, entendemos que a formação inicial docente se torna imprescindível, a partir do desenvolvimento de reflexões e construções de ações político-pedagógica em torno da relação teórica e prática que aborda as questões voltadas para a relação educação e relações étnico-raciais visando à ressignificação da formação indenítária brasileira e o enfrentamento do quadro de desigualdades histórica que coloca a população negra em condições de desvantagem estrutural no campo do acesso a direitos fundamentais, que são refletidos nos diversos indicadores sociais. Gomes (2003) diz que a construção de uma prática pedagógica voltada para as questões étnico-racial não deve se limitar à produção de pesquisas sobre temas, nem mesmo a um documento oficial, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, que trata da Pluralidade cultural (1997).

Candau e Sacavino (2015) nos faz um questionamento pertinente. Entre saberes e culturas: o que ensinar? A partir desta pergunta atual e desafiadora, nos remetem a uma reflexão sobre a formação da identidade docente e aquisição do domínio de um conhecimento específico e científico, do qual os professores são considerados especialistas, especialmente aqueles voltados para o ensino fundamental, adquirido na formação inicial universitária, que nos deixa confiantes do nosso saber para assim desenvolver com tranquilidade e competência nossa atividade docente diária.

No entanto, esta visão pedagógica dominante, mas especificamente, a teoria curricular, nos últimos anos vem sendo questionada, pois conforme os relatos docentes, diante da pluralidade cultural na escola, colocam que os alunos, estão exigindo novas formas de reconhecimento das suas alteridades, de atuar, negociar, dialogar, propor e criar. Deixando-nos desafiados a superar as visões padronizadoras para nos permitir compreender as novas configurações indenítárias, plurais e fluídas, presentes nas escolas e na sociedade (CANDAU; SACAVINO, 2015).

Giroux e McLaren (2013) colocam que muitos dos problemas atualmente associados à formação de professores, estão voltados a falta de ênfase, no currículo dessa formação, na análise da questão do poder e de sua distribuição hierárquica. Comungamos com os autores, quando colocam que para muitos futuros professores que se veem lecionando para alunos de escolas públicas, a falta de uma estrutura bem articulada para o entendimento das dimensões



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de classe, cultura, ideologia e gênero, presentes na prática pedagógica, favorece a formação de uma alienada postura defensiva e de uma parede pessoal e pedagógica que frequentemente traduz na distância cultural entre professores e alunos. Segundo Candau e Sacavino (2015) a construção do conhecimento escolar, passa a ser concebida como uma construção específica do contexto educacional, em que diferentes saberes, cotidianos, sociais e científicos, referenciados a universos culturais plurais, ocorre no dia a dia das escolas em processos de diálogos e confrontos, permeados pelas relações de poder.

Considerações Finais

Desejamos, portanto, ampliar o debate em relação a formação de professores voltado para as questões étnico-raciais, entorno de uma linguagem política, cultural e afirmativa que permita aos futuros professores compreender como se produzem as subjetividades nas formas sociais, como a pedagogia problematiza os processos sociológicos, como acontecem e se posicionam as relações de poder, dependência e resistência.

Portanto, como coloca Gatti (2013), e concordamos com a autora, mesmo com as novas iniciativas em políticas para a formação docente, continuam os problemas relativos a questão de currículo e das formas institucionais quanto a formação inicial de professores, pois como menciona a autora, ainda é clara a fragmentação formativa, a generalidade dos conteúdos curriculares, o encurtamento é considerável nas práticas. “É preciso integrar essa formação em propostas curriculares articuladas e voltadas a seu objetivo precípuo, com uma dinâmica nas instituições de ensino superior mais proativa e unificada” (GATTI, 2013, p. 64).

Essas mudanças políticas relativas à formação inicial de docentes para educação básica, vem de certa forma, resistindo a conservação de uma estrutura curricular e institucional que a tempos está à margem dos movimentos socioculturais e históricos da atualidade, que evidenciam profundas mudanças sociais, forçando governos e instituições formadoras a evidenciarem o papel do professor diante da realidade contemporânea.

Referências

AZEVEDO, R. O. M. et al. Formação inicial de professores da educação básica no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba: Editora PUCPR, v. 12, n. 37, p. 997-1026, set./dez. 2012. **Disponível em:**



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

<http://www2.pucppr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=7214&dd98=pb> Acesso em: 13 jul. 2015.

BOTELHO, D. Políticas Afirmativas: empoderamento de jovens e mulheres negras na contemporaneidade brasileira. In: XXV Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação e II Congresso Ibero-Americano de Políticas e Administração da Educação, n. 11, 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUCSP/FACED/PPGE, 2011. **Disponível em:** www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0130.pdf Acesso em: 27 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. Coordenação Geral do Censo Escolar da Educação Básica. Censo Escolar - EducaCenso: o item cor/raça no Censo Escolar da Educação Básica. **Portal INEP**, 2015. **Disponível em:** http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/documentos/2015/cor_raca.pdf Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 13 jul. 2015.

_____. Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2003. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". **Diário Oficial da União**. Brasília, 2008. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2010. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. **Disponível em:** <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf> Acesso em: 27 jul. 2015.

CANDAUI, V. M.; SACAVINO, S. B. **Educação:** temas em debate. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CANDAU, V. M. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e prática. **Educação**. Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 33 – 41, jan./abr. 2014. **Disponível em:** <http://revistaseletronicas.puors.br/ojs/index.php/faced/article/view/15003> **Acesso em:** 16 abr. 2015.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de Sá.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a05.pdf> **Acesso em:** 13 jul. 2015.

GENTILI, P. (Org.). **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GIROUX, H. A.; MCLAREN, P. Formação do professor como uma contraesfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, A. F.; TADEU, T. (Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. ed.12. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, N. L. Cultura negra e Educação. **Revista Brasileira Educação**. Rio de Janeiro, n. 23, mai/jun/jul/ago, 2003. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05> **Acesso em:** 27 jul. 2015.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. **Disponível em:** http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf **Acesso em:** 27 jul. 2015.

IPEA. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4 ed. Brasília: Ipea, 2011 **Disponível em:** <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> **Acesso em:** 27 jul. 2015.

IZA, D. F. V. et al. Identidade docente: as várias faces da constituição do ser professor. **Revista Eletrônica de Educação**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 273 – 292, semestral. 2014. **Disponível em:** <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/978> **Acesso em:** 16 abr. 2015.

LEITE, F. T. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.

MINDAL, C. B.; GUÉRIOS, E. C. Formação de Professores em instituições públicas de ensino superior no Brasil: diversidade de problemas e pontos de tensão. **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, n. 50, p. 51-67, out./dez. 2013. **Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/er/n50/n50a03.pdf> **Acesso em:** 13 jul. 2015.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Caderno de pesquisa em administração**, São Paulo, v.1, nº 3, 2º SEM/1996. Disponível em: <http://www.regueusp.com.br/arquivos/CO3-art06.pdf>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

NÓVOA, A. **Professores: imagem do futuro presente**. Lisboa: EDUCA. 2009.

SANTOS, J. R. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA JR, H. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.